

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Roraima Class.: 329

Data: 2 de 1982 Pg.: 14

NOTÍCIAS DA CAMINHADA

Após interdição, a delimitação

Em março de 1982, uma portaria do Ministério do Interior beneficiou a comunidade Yanomami, interditando uma área contínua de 7,7 milhões de hectares. Esta foi a primeira grande vitória da Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY), fundada em 1979 e coordenada pela incansável fotógrafa e indigenista Cláudia Andujar, que mantém contato com os Yanomami desde 1971. A luta da CCPY continua, agora visando à delimitação da área interditada, medida administrativa anterior à definitiva demarcação e criação do Parque Yanomami.

Com base em amplos estudos científicos, pesquisas e informações obtidos dos próprios índios, missionários e funcionários da Funai, a CCPY acaba de publicar um volumoso "Relatório Yanomami 82 — Situação de Contato e Saúde — Recomendações para a Criação e Estruturação do Parque Indígena". Trata-se de um caderno de 220 páginas, fartamente ilustrado com fotos e mapas, que descreve, em detalhes, a vida, os costumes e a economia das diversas comunidades Yanomami, calculadas em oito mil indivíduos e espalhadas no Território de Roraima e no Estado do Amazonas, na região fronteiriça à Venezuela.

O relatório faz vigorosas denúncias contra "as práticas de contato mais perniciosas" aos Yanomami responsáveis pela transmissão de várias doenças

e pela subversão de seus valores sócio-culturais. Entre elas, a Companhia de Desenvolvimento de Roraima (Codesaima), que, apesar da interdição da área Yanomami, continua explorando 20 mil hectares da área indígena para garimpos de ouro (Furo de Santa Rosa). As contínuas invasões de garimpeiros ao longo dos rios Uraricaia e Uraricoera, em Roraima, e ao longo dos rios Marauiá e Cauaíris, no Amazonas; as invasões anuais de seringueiros e regatões às terras de Apuiá; o Projeto de Colonização Apiaú, que ocupa 800 hectares da área indígena de Mucajá, interditada em 1977; a Estrada Perimetral Norte (BR-210); a extração de piçaba nas proximidades da Cachoeira da Alfanca, no rio Paduari etc.

Em correspondência dirigida ao Cimi, dia 6 de outubro passado, a CCPY informa que participou de uma reunião organizada pelas delegacias da Funai em Boa Vista, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro, quando foram aprovadas medidas urgentes para serem tomadas pelo órgão tutor, e propõe uma grande campanha nacional para se conseguir do Governo o "fechamento imediato do Garimpo Santa Rosa, que funciona dentro da área interditada", e principalmente "a urgente delimitação da área interditada, além de medidas que beneficiem também as áreas não atingidas pela interdição".

